

ANEXO
AO
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
ANO 2017

EXERCÍCIO DE 2017

NOTA 1. Identificação da entidade

1.1. Caracterização da entidade

1.1 — **Designação da entidade: Casa do Povo de Tábua – Associação Recreativa Cultural e de Fomento Social.**

1.2 — **Sede: Praça Dr. Costa Júnior, 3420-311 Tábua**

1.3 — **Natureza da atividade: Atividades de cuidados para crianças sem alojamento.**

1.4 — **Designação da empresa-mãe: Não aplicável**

1.5 — **Sede da empresa-mãe: Não aplicável**

NOTA 2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativos (NCRF-ESNL) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março.

No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no parágrafo 5 da Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

A adoção do novo normativo contabilístico não implicou qualquer ajustamento de transição, apenas se procedeu à reclassificação de alguns investimentos.

NOTA 3.Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.2 – Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (Continuidade):

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.4 — Consistência da apresentação:

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.5 — Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.6 — Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

NOTA 4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Os métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Os terrenos não são depreciados.

c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

- Outros Ativos Fixos Tangíveis:
- Imóveis: 50 anos
- Móveis: 6 anos
- Edifícios e outras construções: 50 anos
- Equipamento Básico: 4 a 6 anos
- Equipamento Administrativo: 3 a 6 anos
- Outros Ativos Fixos Tangíveis: 4 a 6 anos

		Terrenos e recursos naturais	Bens Património Hist. Artístico e cultural	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
[1]	Quantia bruta escriturada inicial	0	0	48.933,48	14.498,20	27.280,01	11.897,76	118,00	0	102.727,45
[2]	Depreciações acumuladas iniciais	0	0	3.996,20	12.328,80	27.280,01	11.218,78	118,00	0	54.941,79
[3]	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0

[4]	Quantia líquida escriturada inicial (1-2-3)	0	0	44.937,28	2.169,40	0	678,98	0	0	47.785,66
[5]	Movimentos do período (5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	0	0	-1.008,91	--824,23	0	-461,15		0,00	-2.294,29
[5.1]	Total das adições	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adições	Aquisições em 1ª mão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
[5.2]	Total das diminuições	0	0	1.008,91	824,23	0	461,15	0	0	2.294,29
Diminuições	Depreciações	0	0	1.008,91	824,23	0	461,15	0	0	2.294,29
	Perdas de imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Alienações	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
[5.3]	Reversões de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
[5.4]	Transferências de AFT em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
[5.5]	Transferências de/para ativos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	0
[5.6]	Outras transferências	0		0	0	0	0	0	0	0
[6]	Quantia líquida escriturada final (4+5)	0	0	43.928,37	1.345,17		217,83			45.491,37
[7]	Quantia de garantia de passivos e/ou titularidade restringida	0		0	0	0	0	0	0	0

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período;

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

4.2 — As demonstrações financeiras devem também divulgar:

a) A existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não aplicável

b) A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis; e

Não aplicável.

4.3 — Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

a) A data de eficácia da revalorização;

Não aplicável.

b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Não aplicável

NOTA 5.Rédito

5.1 Uma entidade deve divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	Período 2017	Período 2016
Prestação de serviços	25.112,17	19.938,80
- ATL	22.810,97	18.480,25
- BAR	583,20	550,55
- QUOTAS	598,00	496,00

- BASKETEBOL	1.010,00	412,00
- OUTROS	110,00	
Subsídios	45.628,69	30.300,84
Outros rendimentos	5.585,84	12.366,32

NOTA 6. Subsídio do Governo e Apoios do Governo

6.1 — Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;

O subsídio do Governo só é reconhecido desde que haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

a) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado;

A natureza dos subsídios são integralmente não reembolsáveis e são atribuídos pela Segurança Social, Câmara Municipal de Tábuia e Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Subsídio	Tipo	2017		2016	
		Cap. Próprios	Passivo	Dem. Resultados	Dem. Resultados
Subsídio à exploração	Subsídio Estado e outros entes públicos			45.628,69	30.300,84
	Subsídio de outras entidades			0,00	
	Outros			0,00	
Total		0,00	0,00	45.628,69	30.300,84

b) Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas.

Não aplicável, dado que as condições contratuais assinadas com o governo para a concessão dos incentivos encontram-se integralmente cumpridas.

c) Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não aplicável.

d) Principais doadores/fontes de fundos;

Não aplicável.

NOTA 7. Benefícios Dos Empregados

7.1 — As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano;

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 4 Pessoas.

7.2— Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro;

O número de membros dos órgãos diretivos da Entidade é de 5 pessoas.

Não subsistiu qualquer alteração dos membros dos órgãos diretivos no período de relato financeiro.

7.3 — Informação sobre as remunerações dos órgãos diretivos;

Os órgãos diretivos não recebem remunerações.

7.4 – Informação sobre as remunerações do pessoal:

	2017	2016
Gastos com o pessoal	43.357,26	37.461,42
Remunerações do pessoal	38.628,88	32.192,89
Encargos sobre remunerações do pessoal	4.296,32	4.745,92
Seguro de acidentes de trabalho	432,06	381,11
Outros gastos		141,50

NOTA 8. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Nos termos do decreto-lei 534/80, de 7 de Novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado.

Em cumprimento do disposto no Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

NOTA 9. Outras Informações Relevantes**Outros Quadros Relevantes****- Fluxos de Caixa**

	2017	2016
Caixa	6,77	58,74
Depósitos à ordem	2.727,06	6.609,79
Outros depósitos	40.565,92	40.511,81
TOTAL	43.299,75	47.180,34

- Fornecimentos e serviços externos

	2017	2016
Fornecimentos e serviços externos	19.811,76	15.012,81

Subcontratação		
Serviços especializados	8.679,81	4.003,55
- Trabalhos especializados	8.277,55	2.577,67
- Publicidade	92,02	157,49
- Vigilância e segurança		
- Honorários	36,90	
- Comissões		
- Conservação e reparação	259,34	1.255,89
- Serviços bancários	14,00	12,50
- Outros		
Materiais	244,39	36,94
Energia e fluidos	4.871,21	4.444,78
- Eletricidade	3.123,56	3.038,35
- Combustíveis	1.093,46	848,85
- Gás		557,58
- Água	633,19	
- Outros	21,00	
Deslocações e estadas	2.804,05	3.592,85
Transporte de mercadorias		
Serviços diversos	3.212,30	2.934,69
- Rendas e alugueres		
- Comunicações	1.130,33	1.132,59
- Seguros	799,59	1.038,28
- Royalties		
- Contencioso e notariado	24,00	
- Representação		
- Limpeza e higiene	883,56	731,14
- Outros serviços	374,82	32,68
Descontos e abatimentos diversos		

- Informação por atividades económicas

	Atividade CAE – 88910 Rev 3	
	2017	2016
Prestação de serviços	25.112,17	19.938,80
Compras	5.013,49	8.116,80
Fornecimentos e serviços externos	19.811,76	15.012,81
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5.013,49	8.116,80
Número médio de pessoas ao serviço	4	4
Gastos com o pessoal	43.357,26	37.461,42
- Remunerações	38.628,88	32.192,89
- Outros	4.728,38	5.268,53
Quantia escriturada líquida final Ativos Fixos Tangíveis	45.491,37	47.785,66

- Informação por mercados geográficos

	2017	2016
	Interno	Interno
Prestação de Serviços	25.112,17	19.938,80
Compras	5.013,49	8.116,80
Fornecimentos e serviços externos	19.811,76	15.012,81

- Outros Rendimentos e Ganhos

		2017	2016
Outros Rendimentos e Ganhos	Rendimentos Suplementares	4.046,56	11.027,27
	Desconto pronto pagamento obtidos	0,01	0,53
	Restituição Impostos	154,67	
	Donativos	1.012,45	1.150,00
	Peregrinações		
	Outros não especificados	372,15	188,52
	Total	5.585,84	12.366,32

- Outros gastos e perdas

		2017	2016
Impostos	Impostos diretos		
	Impostos Indiretos		62,63
	Outros	3.021,62	2.647,65
	Taxas		
	Total	3.021,62	2.710,28

O CONTABILISTA CERTIFICADOA DIREÇÃO